

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII nº 1242 - 18/11/2013 a 24/11/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

CONVERSANDO E SE ENTENDENDO

FRANGOS: FAEP REÚNE PRODUTORES E INDÚSTRIAS

SEGURANÇA RURAL

Uma cartilha ao produtor

SENAR DIGITAL

Conhecimento e Informação

CANA-DE-AÇÚCAR

Perfil da produção

Aos Leitores



Segundo o Ministério da Agricultura, a participação brasileira na exportação de carne bovina, suína e de frango no comércio internacional vai se acentuar. A estimativa é que até 2020, a produção nacional de bovinos suprirá 44,5% do mercado mundial; a de frangos 48,1% e a carne suína de 14,2%.

Até setembro as exportações de frango alcançaram US\$ 1.080.571.238 e praticamente 50% dessa soma foram exportações do Paraná. Até outubro as exportações de carne suína atingiram a receita de US\$ 1,16 bilhão, e o Paraná tem sido um dos principais Estados exportadores.

Esta edição mostra que conversando, todo mundo se entende. A FAEP promoveu o encontro de produtores paranaenses e catarinenses com as principais indústrias, para discutir o projeto que trata da tentativa de conciliar os interesses das duas partes e que tem como relator o deputado Valdir Colatto (presente na reunião), na Câmara Federal. Os detalhes estão nas páginas 08 e 09.

Os embarços com a Rússia na questão da exportação de carne suína também são abordadas nestas páginas 05,06 e 07)

Segurança rural, o emplantamento de tratores e as repetidas bolas na trave do governo federal em relação ao Porto de Paranaguá são outros temas. Além da história dos irmãos Rebouças e o bom humor e curiosidades da “Via Rápida”. Bom proveito.

Índice

| | |
|-----------------------------|----|
| Portos | 03 |
| Comércio Internacional..... | 05 |
| Avicultura..... | 08 |
| Segurança Rural..... | 12 |
| História..... | 14 |
| SENAR Digital..... | 16 |
| CAR | 18 |
| Cana-de-açúcar..... | 20 |
| PSI-BNDES..... | 23 |
| Notas | 24 |
| Tratores | 25 |
| Eventos Sindicais | 26 |
| Via Rápida..... | 30 |

Fotos: Fernando Santos, Milton Dória, APPA, Divulgação e Arquivo FAEP

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos, André Amorim e Tatiano Mavito | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Bola na trave

Justiça Federal suspende pagamento de empresa contratada para modernizar Portos



A pedido do Ministério Público no TCU, a Justiça do Distrito Federal determina retenção dos repasses para a empresa. Ao descartar o plano de modernização do Porto de Paranaguá defendido pelos principais usuários do Porto de Paranaguá, optando por um projeto da empresa Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP) o governo federal embarcou numa canoa furada.

No último dia 12, a Justiça Federal suspendeu o pagamento dos estudos feitos pela EBP e utilizados pela Secretaria de Portos (SEP), para o arrendamento de 159 instalações portuárias em todo o país, que estavam em processo de licitação. O juiz federal Itagiba Catta Preta Neto, da 4ª Vara Federal do Distrito Federal, determinou a retenção, nos contratos de concessão, dos valores a serem ressarcidos à EBP.

A medida atende ação judicial movida pelo deputado Augusto Coutinho (SDD-PE), cujo ponto central questionava a preferência concedida pelo governo à EBP, empresa privada criada por oito bancos em parceira com o BNDES. “Não houve, até o

momento, aplicação de recursos públicos federais. Mas os estudos, caso venham a ser utilizados nos procedimentos licitatórios para as concessões, serão pagos pelo licitante vencedor com recursos indubitavelmente públicos”, escreveu o magistrado. E completou: “Este preço será embutido nas propostas, sem a menor sombra de dúvidas”.

Autorizada pela SEP, a EBP receberia 0,37% sobre cada projeto, até o limite global de R\$ 63,8 milhões, para fazer levantamentos prévios à concessão dos terminais portuários.

Censuras e contestações

Os estudos e projetos da EBP, que incluem os Portos de Santos e Pará (bloco 1) e Paranaguá, Bahia e São Sebastião (bloco 2), vem sofrendo uma série de censuras e contestações, como tem revelado as matérias do repórter Mauro Zanatta, de “O Estado de São Paulo” e também tema deste Boletim Informativo (edições



1236,1237 e 1238) desde o início de outubro. Em alguns Estados arrendatários de terminais já ganharam na Justiça o direito de manter suas áreas mostrando a inaptidão do governo federal nas questões de infraestrutura e logística, como acontece nas rodovias e ferrovias, a exemplo dos portos.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) também solicitou um pente-fino nos estudos da EBP, “por empreendimento”, em relação à adequação dos valores de ressarcimento, além da qualidade e quantidade das informações contidas nos levantamentos. Em ofício à ministra-relatora Ana Arraes, o procurador Sérgio Caribé quer saber se os custos dos estudos estão “alinhados” com os preços do mercado e se têm “qualidade aceitável” para balizar o processo de concessões.

Além disso, o MP/TCU determinou às unidades internas do tribunal uma avaliação da “legalidade, impessoalidade e moralidade da atuação” do BNDES “em favor” da EBP no processo de autorização para realizar esses estudos. O MP também sugeriu ao TCU aceitar uma representação do deputado Augusto Coutinho, determinando à SEP e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que “abstenham-se” de usar os estudos da EBP nos “futuros processos licitatórios” dos portos.

Tratamento privilegiado

O parecer do MP/TCU sugeriu, ainda, uma audiência com a Secretaria de Portos para esclarecer o que classifica de “irregularidades”- tratamento diferenciado e anti-isonômico dispensado à EBP; tratamento privilegiado configurado por negociações prévias entre SEP, EBP em reunião na Casa Civil da Presidência; possível elevação do total de ressarcimentos em razão da terceirização dos projetos pela EBP; subcontratação indevida de

terceiros pela EBP; e ausência de divulgação prévia dos critérios de qualificação da EBP. Notas técnicas de uma comissão SEP/Antaq obtidas pelo jornal “O Estado de São Paulo” apontaram “inconsistências”, “falhas”, “omissões”, “precariedade” de referenciais e “imprecisão” técnica nos estudos para os projetos de arrendamento. Parecer da Procuradoria Federal na Antaq, vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU), assinalou que a falta de ajustes nos estudos da EBP “inviabiliza” e seria “óbice insuperável” à realização de consultas e audiências públicas. Por decisão da diretoria da Antaq, as consultas foram realizadas.

O jornal paulista mostrou ainda que a Secretaria de Portos contrariou as próprias regras ao estabelecer ressarcimento de R\$ 2,87 milhões a estudos e projetos feitos pela EBP para duas áreas já em operação no Porto de Santos. A Nota Técnica 06/2013 relatou, com base nos estudos feitos pela empresa, não haver previsão de investimentos para as áreas em Santos. Sem isso, a EBP não teria direito a um eventual ressarcimento. As áreas, segundo consta na nota, são operadas comercialmente pelas empresas Deic-mar, Rodrimar e Localfrio.

“Coisa estranha”

O deputado Augusto Coutinho (PE), autor da ação judicial que resultou na suspensão liminar dos pagamentos da EBP explicou sua medida: “Não tenho dúvidas de que alguma coisa estranha paira por trás da contratação dessa empresa. De todas as privatizações do PT — leia-se: os cinco aeroportos, os 5.700 mil quilômetros de rodovia e os 162 portos públicos brasileiros —, uma única empresa ganhou a licitação para fazer os projetos. Sou engenheiro civil e sei que existem, no Brasil, várias empresas de consultoria qualificadas para fazer os projetos, mas só a EBP foi qualificada para fazer”, disse.

Roleta russa da carne

Defesa sanitária deficiente e lobby de empresários minam entrada da carne brasileira no país soviético

Por André Amorim



Nem só de vodka vivem os russos. Seja no famoso frango à moda Kiev, ou no “plov”, prato que poderia ser comparado ao nosso risoto, existe uma grande demanda dos países que integravam a antiga União Soviética de importar carne (bovina, suína e de frango) de grandes produtores, como é o caso do Brasil. Esta, no entanto, é uma relação repleta de armadilhas e incertezas. Se de um lado os russos são conhecidos como negociantes duros e imprevisíveis, de outro, nossas autoridades sanitárias não raro cometem falhas que fragilizam a competitividade brasileira neste importante mercado.

Nessa relação comercial há histórias recorrentes de que não estariam cumprindo corretamente as especificações sanitárias, com a suspensão das importações. No que se refere às carnes bovina e suína, a principal reclamação se referiu ao uso de estimuladores do crescimento, como a ractopamina. No caso do frango, alegou-se o uso excessivo de cloro na água usada no tratamento dos animais. Apesar de pontuais, ambos os problemas têm o mesmo pano de fundo: a incapacidade das autoridades federais brasileiras

de dar respostas rápidas e adequadas aos questionamentos dos importadores russos.

“Muitas vezes nosso ministério (da Agricultura) é lento, não responde, e causa embaraço na nossa relação comercial”, afirma o presidente do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Estado do Paraná (Sindicarne), Péricles Salazar, referindo-se aos relatórios que devem ser enviados à Rússia em resposta aos questionamentos feitos sobre a nossa produção.

Na divisão de responsabilidades, cabe ao Ministério da Agricultura a fiscalização das instalações de produção e abate das agroindústrias exportadoras, enquanto o governo do Estado fiscaliza a saúde dos rebanhos no campo. De acordo com o secretário estadual de Agricultura, Norberto Ortigara, a grande crítica internacional deve-se às inspeções dentro das unidades de produção. “Quando da minha visita ficou muito clara essa desconfiança com a capacidade do serviço brasileiro de inspeção de fornecer respostas convincentes às questões que eles levantam”, afirmou, referindo-se à viagem técnica

que realizou à Rússia em setembro deste ano. “A grande crítica que ouvimos lá foi quanto à inspeção das unidades. As medidas restritivas são colocadas nesse aspecto”, completou.

Adapar

Esta é a mesma percepção do presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Inácio Kroetz. Segundo ele “O governo brasileiro sistematicamente deixa a defesa agropecuária sem condições de uma defesa adequada”. Ele aponta como entraves neste sentido os baixos investimentos nestes serviços e o loteamento político de cargos estratégicos. Essa instabilidade, segundo Kroetz, atrapalha as negociações e abre brechas para os russos fecharem seus mercados. “Quando o importador russo percebe a fragilidade do serviço de fiscalização, qualquer item que se encontre em desconformidade é motivo para impor uma suspensão”, diz.

Anualmente uma missão russa vem ao Brasil inspecionar as unidades exportadoras. A expectativa do setor de carnes e das autoridades sanitárias do Paraná é incluir no roteiro desta missão um número maior de plantas paranaenses para ampliar nossas exportações. A próxima missão deve chegar ao país nas próximas semanas.

Mercado importante

Apesar das dificuldades pontuais, a Rússia é um mercado que não pode ser desprezado. Com 142,9 milhões de habitantes (outros 15,2 milhões no Cazaquistão e 9,6 milhões na

Bielorrússia), trata-se de um dos maiores compradores de carnes do Brasil.

As cotas de importação anuais de carne de frango são de 364 mil toneladas, enquanto na carne suína a cota estipulada é de 434 mil toneladas, sem contar aí as importações de miúdos de porco.

Em relação ao preço, o comprador russo também atrai. Segundo o presidente da Cooperativa Lar, de Medianeira, Irineo da Costa, o preço nesse mercado pode ser entre 5% e 10% maior. Ele conta que a cooperativa passou recentemente por uma recertificação que lhes permitiu voltar a exportar regularmente para aquele país. “Tem que seguir especificações para alimentação e medicamentos, mas isso é fácil de cumprir”, afirma.

As restrições que mais impactam o Paraná dizem respeito às carnes de frango e suína, que são produzidas em maior escala no Estado. Segundo dados da União Brasileira de Avicultura (UBABEF), o Paraná é o maior exportador de carne de frango do país. Em 2012 respondeu por 28,74% do total, com 1.126.050 toneladas exportadas.

Um desses exportadores é a C-Vale, cooperativa paranaense localizada em Palotina. Segundo o presidente da companhia, Alfredo Lang, os contratos fechados até dezembro deste ano preveem o envio de 2.316 toneladas de filé de peito de frango, coxa desossada, filezinho e coxinha das asas para a união aduaneira russa. Essa relação não é novidade: “Exportávamos em 2010, mas no final daquele ano as compras foram suspensas sem notificação prévia. Voltamos a exportar em julho de 2013 depois que os russos inspecionaram nossa cadeia produtiva”, conta Lang. Segundo ele, este é um mercado extremamente exigente: “Eles são bem sensíveis a questões de laudos e documentos sanitários”, observa.



Jogo duro

Especialista revela os mecanismos internos do mercado russo de carnes.

“A negociação é sempre muito difícil, eles são imprevisíveis”, avalia o presidente do Sindicarnes-PR, Péricles Salazar, ao referir-se ao mercado russo. O país tornou-se integrante da Organização Mundial do Comércio (OMC) somente em 2012 e não raro protege seus mercados impondo barreiras não-tarifárias como, por exemplo, questões sanitárias que nem sempre se comprovam. Recentemente, o presidente da União Brasileira de Avicultura (Ubabef), Francisco Turra, ameaçou levar à OMC as acusações de uso de cloro na água utilizada na produção de aves para a Rússia, que considera indevidas.

A produção de frango e suíno no país soviético é substancial, mas incapaz de atender a demanda interna. Na carne bovina, esse cenário é pior, a produção russa não atende nem 5% do seu consumo, além de ter péssima qualidade. Segundo o especialista em mercado de carnes, João Santos, 90% da carne bovina importada é destinada à produção de embutidos, como mortadela, salsichas, etc. “Por isso o Brasil é muito popular na Rússia, pois tem uma carne magra, de nelore, ideal para esses produtos”, diz.

Há oito anos vivendo em Moscou e trabalhando com carne brasileira, Santos explica que existe um lobby forte dos empresários russos para limitar o mercado interno. “Tem que ter um preço mínimo, se o ministério russo fosse abrir para todos (os fornecedores), o preço ia cair”, diz. Por conta disso, existe um teto de 45 mil toneladas mensais que é importada do Brasil. Esse volume corresponde a cerca de 40% do consumo russo, e é manejado conforme as oscilações de mercado, hora restringindo este fornecedor, hora restringindo aquele, sempre com objetivo de garantir um valor mínimo dos produtos, revela o especialista. “No final das contas quem paga a conta é o próprio povo russo, que paga mais caro pela carne”, observa.

Nesse mercado, só atuam grandes fornecedores. “Não adianta um frigorífico paranaense querer trabalhar com a Rússia, é um mercado de volume”, afirma Santos. Segundo ele, apenas grandes frigoríficos, como Friboi, Minerva e Mafrig têm condições de influenciar o preço da carne bovina naquele país.



Balança desigual

A balança comercial do Paraná com a Rússia é bastante desigual. Segundo dados da secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul, entre janeiro e setembro de 2013, exportamos apenas US\$ 88.068.057,00 para aquele país, sendo metade disso café solúvel. Frango congelado em pedaços vem em terceiro lugar representando apenas 10% do total exportado pelo Estado.

Do outro lado da balança, as importações russas para o Paraná foram três vezes maiores neste período, atingindo US\$ 298.765.243,00, sendo a imensa maioria produtos como fertilizantes e adubos químicos. Na comparação com o ano passado, as exportações paranaenses para a Rússia caíram -53,46%, enquanto as importações cresceram 24,79%.

Se no ambiente comercial, os grupos que trabalham com carnes e fertilizantes não têm relação direta entre si, na esfera governamental a reciprocidade entre países é um ativo valioso. “Foi isso que nós fizemos entender ao serviço sanitário russo durante a nossa viagem. De fato somos um grande importador de fertilizantes e podemos até vir a importar trigo, mas sempre entendendo que o comércio é uma via de duas mãos”, afirmou o secretário de Estado da Agricultura, Norberto Ortigara, sobre a visita realizada à Rússia no meio deste ano.

Jogo aberto

Avicultores e indústria discutem a integração na FAEP

Por Katia Santos



Guilherme Jonker: "Tem orgulho de ser avicultor".

“A história da avicultura na minha região começou com meu pai há 55 anos, quando ele trouxe o primeiro lote de 300 pintinhos, de trem, de São Paulo. Sou formado em medicina veterinária pela UFPR, tenho dois cursos de especialização inclusive um no exterior, atuei durante 22 anos na assistência técnica em avicultura e há mais de 30 anos como produtor. Mas hoje, infelizmente, tenho que dizer que as integradoras tiraram o orgulho de nós produtores e avicultores. Hoje, nós recebemos na nossa propriedade um técnico recém-formado com um check list (esse check list tem um peso muito grande na fórmula de remuneração dos lotes) e somos julgados por essa avaliação que não serve pra nada no processo de criação de frangos. A gente está sendo desrespeitado dentro da nossa propriedade. Nós gostaríamos de ser respeitados na nossa granja, como avicultores que fazem a coisa certa porque nós gostamos do que fazemos.”

Esse desabafo do avicultor Guilherme Jonker, de Pirai do Sul, região dos Campos Gerais, calou os participantes da reunião da Comissão Técnica de Avicultura da FAEP, em Curitiba, no último dia 11. O encontro teve como principal tema as relações dos

produtores com a indústria através do mecanismo da integração. Na mesa estavam técnicos da FAEP, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da União Brasileira de Avicultura (Ubabef), representantes das maiores integradoras (BRF e JBS) e o deputado federal e o deputado Valdir Colatto (SC), relator do Projeto de Lei 6459/2013, que tramita no Congresso Nacional, tratando dos contratos de integração. O projeto já foi aprovado no Senado cuja autora é a senadora Ana Amélia (RS).

Sensibilizado com o relato de Jonker, Colatto, que foi convidado para a reunião com o intuito de ouvir os avicultores paranaenses e catarinenses, comentou: “Hoje, se substituirmos a figura do produtor rural por um empregado na avicultura, o Ministério Público do Trabalho não leva 24 horas para caracterizar a atividade como trabalho escravo. Esse projeto de lei é fundamental para trazer equilíbrio nessa relação e segurança jurídica aos avicultores. Por isso estou aqui, para ouvir as partes interessadas e fazer um relatório com base na realidade e na vivência da atividade, que colocam o Brasil como um dos maiores produtores e exportadores de carne de frango no mercado internacional”.

Comissões da Integração

“Tanto produtores paranaenses como os representantes das agroindústrias, da FAEP, CNA e Ubabef estão unidos na defesa da aprovação, em regime de urgência, do PL 6459/2013. Essa lei traz grandes avanços para a relação com a indústria e uma grande ferramenta de negociação que são as Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadec’s). Os Cadec’s abrem um canal de comunicação entre o produtor e a direção das integradoras que nunca existiu para a grande maioria dos avicultores”, afirmou o presidente da Comissão de Avicultura da FAEP, Amarildo Brustolin.

Para o representante da Ubabef e da integradora JBS (5 mil integrados), José Antônio Ribas, “essa legislação vai criar mecanismos onde produtores e indústria poderão resgatar a confiança na relação. No passado nós soubemos fazer e agora vamos aprimorar essa relação. Os Cadec’s permitirão que situações como o Sr. Guilherme relatou possam ser discutidas e solucionadas. A lei é um avanço, mas ainda temos muito trabalho a fazer”.

Além do Cadec, Paulo Rossatto, representante da BRF, com 14 mil integrados, dos quais cerca de 6 mil no Paraná, ressaltou outro

ponto positivo do PL - o Fórum Nacional de Integração (Foniagro). “Essas ferramentas trazem para a relação integrado/integradora a oportunidade de debater e solucionar problemas específicos e regionais. Tudo isso de forma paritária e democrática. Sem dúvida um grande avanço para o segmento”, completa.

O avicultor Carlos Bonfim, de Castro, também está confiante na aprovação do PL 6459/2013 e no funcionamento dos Cadec’s. “Eu acredito que os Cadec’s vão solucionar muitos dos problemas que os avicultores sofrem hoje por conta de avaliações distorcidas dos técnicos que nos visitam. Acredito que com o Cadec possamos resolver de forma rápida os problemas que temos no campo, pois é lá na ponta, no campo, que a solução tem que chegar”, diz.

O presidente da Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná, Luiz Ari Bernardt, que representa mais de 540 avicultores dos municípios de: Toledo, Santa Rosa, Ouro Verde, São Pedro, Medianeira, Serranópolis do Iguçu e Matelândia, também está confiante na aprovação da lei. “Nós que estamos na ponta precisamos que essa legislação nos proteja e traga garantias de diálogo com as integradoras. Como disse o Guilherme de Pirai do Sul temos amor pelo que fazemos, nos dedicamos e queremos reconhecimento e respeito”.



Comissão Técnica de Avicultura da FAEP recebe o deputado federal Valdir Colatto

Sem diplomacia

A via crucis dos avicultores que confiaram no Diplomata

Por Katia Santos



Família Cruz corre o risco de perder metade da sua propriedade por causa do Diplomata

No final de novembro faz um ano que o produtor rural Theodorinho Ferreira, 63 anos, entregou o último lote de frango para o Frigorífico Diplomata. Foi quando iniciou sua via crucis de incertezas e desolação vividos por ele e por outros 212 integrados em Mandirituba, pequeno município da Região Metropolitana de Curitiba. Desse total, apenas 51 conseguiram se manter na atividade com a integradora Seara. O restante conta com a dedicação, conhecimento e boa vontade do técnico da Emater, Silvio Galvan, para encontrar outra atividade onde se encaixem e voltem a garantir renda mensal para as famílias.

Além de buscar uma nova fonte de renda, eles se veem obrigados a renegociar as parcelas de financiamentos feitos para atender as exigências do Frigorífico Diplomata de modernizar os galpões. O montante da dívida, que envolve 25 produtores com o Banco do Brasil é de R\$ 541.000,00.

Imposição sem retorno

“Mas pra gente que nunca ficou devendo uma agulha a ninguém é difícil. Se eles não estavam bem, porque exigiram e nos mandaram fazer investimentos altos e depois abandonaram tudo.

Minha granja é mais equipada que a minha casa....”, desabafa, emocionado Ferreira, que conta com o apoio do filho Felipe, 22 anos caminhoneiro. “É ele quem tem aguentado com as despesas da casa”.

No caso de Ferreira, a dívida é de 120 mil reais divididos em 10 parcelas de cerca de 10 mil reais. Do Diplomata, o avicultor tem a receber dois lotes de aproximadamente 15 mil aves cada, o que lhe renderá R\$ 10 mil reais.

Durante 13 anos o produtor atendeu a uma imposição da empresa, que exigia dedicação exclusiva dos produtores às aves. “Ai de nós se a técnica chegasse aqui e a gente não estivesse. Ela marcava abandono no galpão e a gente se lascava”, completa a esposa Regina. Desde julho, Ferreira iniciou em uma parte do aviário o cultivo de champignon-de-paris em substrato e comercializa a produção com um empresário de Tijucas do Sul.

Outra família que também está tentando reorganizar a produção e as finanças é a do produtor Antônio Lourenço Cruz, 49 anos, que há duas décadas se dedica à avicultura. Com dois galpões com 1.800m² cada, ele investiu recursos próprios (R\$26 mil) e fez um financiamento junto ao BB de R\$94.000,00.

“Fizemos uma hipoteca de garantia com a metade da área da propriedade. Depois que os novos equipamentos chegaram

criamos só três lotes e agora tudo está parado. O que tem nos valido são as vendas de verduras e legumes na Ceasa, pois meus dois filhos (José Altair e Joelcio) sempre investiram na horticultura. Mas e agora como vamos ficar se não pagar a conta no Banco, vamos perder a terra?”, conta.

Há 20 anos a família Cruz trabalha com a avicultura. Além de Antônio, os irmãos dele, Manoel e Miguel José também estão endividados. Entre os equipamentos adquiridos por Antônio Cruz estão fornos; comedouros; sistema automatizado de telas, bebedouros, silos para ração e ainda a perfuração de dois poços artesanais, outra exigência da empresa. Apesar de todas as perdas a família espera uma boa proposta para colocar todo o maquinário em funcionamento. “Queremos voltar a produzir, mas temos que ter uma garantia de compra”, finaliza Cruz.

Alternativas de produção

O secretário de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, solidário a situação dos 400 avicultores dos municípios de Mandirituba, Tijucas do Sul e Quitandinha já declarou estar aberto à negociação com qualquer empresa idônea que dê garantia de comercialização aos produtores. “Se alguém se interessar em retomar a produção de aves nessa região pode nos procurar. Vamos buscar

recursos junto aos órgãos competentes para financiar o projeto e apoiar esses avicultores. Obviamente, com um plano de negócios a curto prazo”, afirma.

Enquanto não aparece um interessado, Silvio Galvan discute com a Prefeitura de Mandirituba dois pacotes de tecnologia que ajudem os pequenos agricultores a voltarem a produzir e gerar renda. Um deles é a olericultura com fertirrigação, cultivo protegido em vasos dentro dos aviários aproveitando a estrutura dos galpões. A segunda opção é a produção de leite.

Em paralelo, a FAEP apoia e trabalha para a aprovação do Projeto de Lei 6576/2013, de autoria do senador Acir Gurgaz, que altera o artigo 964 da lei 10.406 do Código Civil e está na Câmara Federal. Se aprovado, o novo texto cria um critério especial ao credor pecuarista, no ato da entrega de sua produção nos abatedouros. Essa alternativa já é dada ao credor de sementes. Assim os produtores de carnes não serão mais credores “quirografários”, aqueles que não possuem direito real de garantias.

Os dirigentes do Diplomata disseram à revista Exame que o frigorífico foi à lona por não ter recebido o mesmo tipo de apoio dado pelo BNDES a outras empresas do setor, como o JBS. De qualquer forma, o desfecho só será conhecido em 2014, pois a reunião de credores para decidir se a falência será decretada ou não, agendada para novembro, não ocorreu.



Theodorinho e Regina em busca de uma nova fonte de renda

Segurança Rural

Cartilha orienta produtor rural na prevenção de crimes no campo



No último dia 8 de novembro, a Polícia Militar do Paraná (PMPR) lançou em Apucarana a cartilha Segurança Rural, com objetivo de orientar o produtor rural na prevenção de crimes no campo. “Com a cartilha vamos criar uma cultura de prevenção que certamente vai aumentar o nível de segurança no campo. São medidas simples que o produtor pode adotar e que farão uma grande diferença na segurança da propriedade”, avalia o diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, ao participar do lançamento do material.

Para desenvolver a cartilha, a PMPR realizou estudos sobre a problemática da criminalidade no ambiente rural, ouviu muitos produtores e moradores rurais, assim como os sindicatos rurais e a FAEP. Além disso, analisou o número de roubos e furtos que ocorreram nas propriedades. De maneira simples e didática, o material com 38 páginas apresenta 17 sugestões para melhorar a segurança da população no campo. Vigilância natural, reforço territorial, controle de acesso, vizinhança solidária rural (segura) e iluminação na propriedade fazem parte do conteúdo da cartilha. Além

de orientações sobre os rebanhos, galpões, maquinários e veículos, animais de guarda, como guardar produtos e objetos de valor, e dicas para os funcionários e de comportamento preventivo. Por exemplo, em relação à criação de bovinos ou equinos, a sugestão é não deixar o rebanho em pastos próximos a estradas, longe da sede, principalmente no período noturno para evitar o furto. “Mantenha vigilância noturna; coloque cadeados nas porteiras e embarcadouros; marque devidamente o seu rebanho”, orienta o material. O comandante do 10º Batalhão da PM, Major Aimoré Nunes Moreira disse que “Além de outras orientações úteis contidas na cartilha, pretendemos colocar mais homens para atender os homens do campo”.

Para o presidente do Sindicato Rural de Apucarana, Claudomiro Rodrigues da Silva, a cartilha significa a segurança da família rural para que permaneça no campo, evitando o êxodo rural.

“O material representa a tranquilidade e o comprometimento de que segurança não é um assunto somente de política. Somos todos responsáveis”, observa.

***Com o apoio do Sistema FAEP, o material será distribuído pela PMPR e pelos sindicatos rurais.**

Conseg

Desde 2011, Apucarana conta com o Conselho Comunitário de Segurança Rural (Conseg) - uma iniciativa pioneira para diminuir o número de casos de violência nas propriedades rurais da região. O Conseg é resultado da mobilização do Sindicato e dos produtores rurais.

Iluminação



Dispositivos de segurança

2. Quanto a câmeras

- Devem funcionar com equipamento de gravação.
- Lembrar que não substituem as demais medidas de segurança



15 Patrulha Rural Comunitária

- Ajude os policiais a fazer o mapeamento das propriedades rurais.
- Propicie aos policiais o acesso à rede de contato de vizinhos de sua propriedade rural.
- Atenda bem e estimule seus vizinhos a atenderem bem os policiais que realizam visitas comunitárias.



OS ENGENHEIROS REBOUÇAS



Poucos conhecem a rica vida dos irmãos André (1838-1898) e Antônio (1839-1874) Rebouças, negros, baianos, que viveram em pleno período da escravidão e estavam à frente de seu tempo, principalmente André.

Em Curitiba, por exemplo, há um bairro que leva o sobrenome dos irmãos baianos, e uma rua com a curiosidade de ter num extremo a Arena da Baixada, estádio do Atlético Paranaense, e quase na outra o estádio Durival de Brito, do Paraná Esporte Clube. Seguramente os moradores do bairro e torcedores não relacionam o nome bairro e a rua com os irmãos homenageados.

Outros talvez lembrem que os irmãos Rebouças foram os idealizadores da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá; André contaria que em janeiro de 1865, num mapa da sala de espera da Secretaria da Marinha, no Rio de Janeiro, observara que Assunção no Paraguai e Antonina, no litoral paranaense, ficavam no mesmo paralelo. E, entusiasmado, lança a seu pai e ao restante da família, a ideia de ir com o irmão Antonio, abrir uma estrada de ferro que já chamava de

“Vale de Curitiba”.

O sonho dos irmãos pela estrada de ferro permaneceu latente e foi perseguido até que finalmente em janeiro de 1871 em audiência especial o Imperador D. Pedro II os recebe para comunicar que lhes havia concedido autorização para construir o “Caminho de Ferro de Antonina a Curitiba”, cujos estudos Antonio iria concluir no mês de maio do mesmo ano.

Deixar os mais de 900 metros de altitude do litoral até o litoral, cruzando a Serra Mar foi considerado impraticável, mas entre 1880 e 1885 a ferrovia foi construída e lá está, firme e forte.

Os dois irmãos foram pela primeira vez à Europa, em viagem de estudos, entre fevereiro de 1861 e novembro de 1862. Na volta, partiram para trabalhar na vistoria e no aperfeiçoamento de portos e fortificações litorâneas.

Na guerra do Paraguai, André serviu como engenheiro militar, nela permanecendo entre maio de 1865 e julho de 1886, quando retornou ao Rio de Janeiro, por motivos de saúde. Passou

então a desenvolver projetos com o irmão Antônio, na tentativa de estruturação de companhias privadas com a captação de recursos junto a particulares e a bancos, visando a modernização do país.

André projetou e realizou o abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro, enfrentando trambiques dos distribuidores de água e a inoperância de outros protegidos do Império. Atuou como membro do Clube de Engenharia e muitas vezes foi designado para receber estrangeiros, por falar inglês e francês.

Na década de 1880, André Rebouças se engajou na campanha abolicionista e ajudou a criar a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, ao lado de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio.

“Paiz da apathia”

Quando a República foi instaurada em 15/11/1889, André embarcou com a família imperial, com destino à Europa.

Por dois anos, ele permaneceu exilado em Lisboa, como correspondente do “The Times” de Londres. Transferiu-se, então, para Cannes, na França, até a morte de D. Pedro II.

Suicidou-se no dia 9 de maio de 1898, e seu corpo foi resgatado na base de um penhasco, próximo ao hotel em que vivia, em Funchal, na Ilha da Madeira. Seu irmão falecera em maio de 1874, vítima de malária adquirida quando trabalhava na construção de uma ponte sobre o rio Piracicaba (SP).

Embora grande amigo de D. Pedro II, André Rebouças escreveu suas experiências com os burocratas e oligarcas do império. Ele definia o Brasil da época como o “paiz de apathia e de immobildidade”, devido à subserviência, ao subdesenvolvimento, ao analfabetismo dos funcionários públicos encarregados de tomar decisões cruciais para a nação”.

Enxergando longe...

Como vira a modernidade capitalista pipocar na Europa, durante seu estágio de dois anos para se tornar engenheiro civil, via, no Brasil, uma classe dirigente medíocre tomar corpo. “Uma oligarquia estulta (insensata) reduziu este país fertilíssimo a um estéril deserto, com uma só árvore - o monopólio governamental”.

- “o que falta a este Império, como a todos paizes do mundo, é capital, é indústria, é trabalho, é instrução, é moralidade”.

Uma de suas críticas mais contundentes era contra espírito contrário à criação de novas empresas num país ainda escravocrata, onde iniciativas empresariais eram barradas com argumentos os mais mesquinhos.

- “Como se ainda fossem poucas as inúmeras dificuldades naturaes, que são outros tantos obstáculos ao estabelecimento de indústrias em um paiz novo, como o nosso, cada empregado público julga ser do seu rigoroso dever combater, a ferro e fogo, as companhias. É o que eles chamam- matar a hydra do mercantilismo!”

Sugere medidas de impacto — como o incentivo à imigração européia - “para desenvolver o país vasto, apático e incapaz de dar uma volta por cima apesar da riqueza natural incomensurável.

Se bate firme pela educação e critica violentamente a tendência ao engodo, à preguiça e ao desmazelo da jovem nação tropical.

-“É necessário educar a geração que cresce, para a agricultura, para a indústria, para o comércio. Numa palavra, para o trabalho”.

*Com informações obtidas em; Carlos Nobre é Jornalista; Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio; http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=11126&cod_canal=71 | ** Em alguns trechos foi respeitado o texto original de André Rebouças, no português da época do Império.*



O SenarDigital

SENAR-PR disponibiliza conhecimento em qualquer tempo e lugar



Para responder às novas necessidades da sociedade rural, o SENAR-PR está investindo na oferta de cursos na modalidade educação à distância com o Programa SenarDigital. Estão disponíveis atualmente para os produtores e trabalhadores rurais e urbanos 34 cursos nesse formato, desde cursos básicos de informática, matemática e língua portuguesa, até gestão da propriedade rural.

“O Sistema FAEP/SENAR-PR tem a consciência de que escala, tecnologia, informação, administração, profissionalização e preparo educacional são fundamentais para enfrentar os novos desafios de uma economia globalizada e a educação à distância vem solucionar a questão da simultaneidade entre estudo e trabalho”, comenta o presidente do Sistema, Ágide Meneguette.

Nos cursos à distância todo o processo é feito via internet desde a matrícula até a emissão dos certificados. Os cursos do Senar Digital são divididos em módulos que sempre começam às segundas-feiras, permitindo que o participante concentre em um só dia da semana a realização das atividades. “Temos que facilitar a participação do produtor e conquistar esse novo público. Esse formato foi pensado para simplificar a vida do aluno, mas ao mesmo

tempo manter o alto padrão técnico dos cursos do SENAR-PR”, explica o superintendente, Humberto Malucelli Neto.

A maioria dos cursos do SenarDigital tem carga horária de 40 horas divididas em cinco módulos. O número de participantes por turma varia de 25 a 50 participantes.

Parceiros

Para driblar a falta de acesso à internet no interior do Estado, o SENAR-PR firmou parceria com o governo estadual através da Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos (Seae), para oferecer os cursos à distância nos Telecentros. Atualmente o governo do Estado mantém 390 telecentros em 330 municípios.

“Até o fim do ano serão 500 e em 2014 chegaremos a 1.000 telecentros”, informa Ouphir Pesch, técnico da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) é um dos responsáveis pelos telecentros.

Os telecentros funcionam nas Bibliotecas Cidadãs em parceria com as prefeituras. Em cada espaço há 10 computadores

conectados à internet com velocidade de três Mega Bytes por Segundo (MBPS) e a Celepar garante a manutenção dos equipamentos.

“Com essa parceria podemos oferecer ao produtor rural e demais trabalhadores mais uma oportunidade de acesso à formação na modalidade educação à distância. Esses espaços podem funcionar à noite de acordo com as necessidades locais”, diz Josimere Aparecida Green, pedagoga e técnica do SENAR-PR.

No município de Pitanga, o Telecentro é coordenado por Joceni Aparecida Besuchko, que já criou uma turma do curso de informática. “A procura é grande. As pessoas querem aprender mais e se preparar para o mercado de trabalho, com os cursos do SENAR-PR as possibilidades aumentam bastante”, diz.

Conheça os cursos que já estão sendo oferecidos nos Telecentros

1. Primeiros passos - excel;
2. Primeiros passos - internet;
3. Primeiros passos - internet;
4. Competência para o sucesso;
5. Mercado de trabalho - jovens;
6. O computador e os dispositivos de hardware e software;
7. Programa português sem complicação - comunicação no trabalho - clareza de expressão.

SenarDigital na UFPR

Além dos Telecentros, o SenarDigital também está presente na Universidade Federal do Paraná (UFPR), campus Palotina com apoio do sindicato rural e da Regional SENAR de Matelândia. A vice-coordenadora do curso de graduação em Medicina Veterinária, Silvia Cristina Osaki já fechou esse ano uma turma para o curso Mercado de Trabalho para os Jovens.

“Só temos a ganhar com essa parceria. Nossos alunos são carentes de cursos mais práticos que complementam sua formação. Com certeza, ano que vem montaremos novas turmas em outras áreas oferecidas nessa modalidade”, afirma Silvia.

A Regional SENAR-PR de Matelândia também firmou convênio com o Colégio Agrícola Estadual Manoel Moreira Pena e o Sindicato Rural de Foz do Iguaçu, que também disponibilizará os cursos do SenarDigital. Esse ano foi oferecido o Programa Gestão da Propriedade Rural - mercado de trabalho para jovens.

No município de Matelândia a parceria envolveu o Sindicato Rural, a Faculdade Educacional de Matelândia (Fama) e o SenarDigital. Esse ano foram seis cursos realizados: dois de Matemática para a Vida – medidas de áreas e volumes, um de Matemática Financeira e três de Português sem complicação - clareza de expressão.

De acordo com o sindicato a parceria continua ano que vem com novas turmas. E a Prefeitura de Matelândia também buscou no SENAR-PR capacitação para os servidores municipais.

Em Curitiba o SENAR-PR também é parceiro da Prefeitura para capacitar os servidores municipais. O convênio foi feito através do Instituto Municipal de Administração Pública (Imap). Foram organizadas, esse ano, duas turmas para o curso “Estatística” com carga horária de 24 horas. E para 2014 estão previstas duas turmas para o curso de “Comunicação no Trabalho: Parágrafo, Pontuação e Concordância Verbal e Nominal”; duas turmas para o curso “Comunicação no Trabalho: Memorandos, Relatórios, Planilhas e Gráficos” e outras duas turmas para o curso “Matemática Financeira”.

Todos os 400 instrutores do SENAR-PR também participaram do curso de formação de instrutores à distância. Os mobilizadores dos sindicatos rurais também estão sendo capacitados. Esse ano foram montadas três turmas cada uma com 50 alunos com os cursos “Princípios e Diretrizes do SENAR” e “Estrutura Ocupacional do SENAR”. Para o ano que vem estão programados outros quatro módulos.



Joceni Beshchko: “Com os cursos do SENAR Digital as possibilidades de trabalho aumentam “

À espera da decisão de Dilma

Governo diz que Cadastro Ambiental Rural (CAR) ainda sai este ano



O Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) promoveram entre os dias 11 e 12 de novembro, em Curitiba, um curso de capacitação para a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Trinta técnicos de diversas instituições – FAEP, SENAR-PR, Sistema Ocepar, Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) – participaram da capacitação para auxiliar os produtores rurais a realizarem o cadastramento, que será obrigatório a partir do momento em que a presidente Dilma Rousseff homologar o programa.

Ângelo Ramalho, assessor do gabinete da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, instrutor do curso, diz que a previsão é que o CAR seja lançado oficialmente até o final do ano. Por enquanto, técnicos do Ministério do Meio Ambiente estão percorrendo os 27 Estados brasileiros para levar a informação aos produtores. Segundo ele, essa maratona termina no dia 1º de dezembro. “O nosso objetivo é divulgar como vai funcionar o programa e depois lançaremos o CAR”, explica. No Brasil há 5,4 milhões de propriedades rurais e a expectativa do governo é que todas sejam mapeadas num prazo de dois anos. Na avaliação dele,

tudo vai depender da mobilização e estratégias de cada Estado. “É importante que o governo estadual firme parcerias com outras instituições para agilizar o processo do CAR”.

Segundo Ramalho, o produtor que possui uma propriedade com até quatro módulos fiscais vai receber um suporte técnico e jurídico na hora de preencher o CAR. Além disso, um call center será colocado à disposição para tirar a dúvida dos produtores.

Paraná

No Paraná há 532 mil propriedades rurais, sendo 80% delas com até quatro módulos fiscais. Mariese Cargnin Muchailh, diretora de Restauração e Monitoramento da Biodiversidade do IAP, explica que o cadastro servirá como declaração de Reserva Legal de Áreas de Preservação Permanente (APP's) nas propriedades rurais. “A implantação do CAR vai servir como uma base de dados para que possamos fazer a gestão ambiental e implantar políticas públicas de promoção ao desenvolvimento sustentável, que irá auxiliar na gestão de programas de incentivo à preservação ambiental e desenvolvimento sustentável para o Estado”.

CAR

Criado pelo Novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), o CAR é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das APP's, das áreas de Reserva Legal (RL) das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país.

Após o lançamento, os produtores terão um ano, renovável por igual período, para cadastrar seu imóvel rural no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural através do site www.car.gov.br.

Perguntas e respostas

1) O que é CAR?

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) consiste no registro público eletrônico das informações ambientais do imóvel rural.

2) O CAR é obrigatório?

O Novo Código Florestal, Lei nº 12.651, de 2012, estabelece que todos os imóveis rurais sejam cadastrados no CAR. Além disso, o Poder Público está oferecendo todas as ferramentas necessárias para o devido cumprimento da Lei.

3) Como fazer o CAR?

O preenchimento deverá ser feito eletronicamente por rede global de computadores no sistema direto (online) ou em terminais (offline). Caso o proprietário/possuidor necessite de orientação para a realização do cadastro deverá procurar as entidades, sindicatos, prefeituras, órgãos responsáveis e ainda ou facilitadores.

4) O que é um CAR offline?

Na ferramenta offline o CAR poderá ser realizado em um computador sem acesso à internet, que terá o arquivo desse cadastro salvo no próprio computador ou até mesmo num pendrive ou DVD, para posterior envio ao SiCAR.

5) Todos os Estados já podem realizar o CAR offline?

Não, nossa expectativa é de que todos os estados poderão realizar o CAR offline até dezembro de 2013.

6) Se o produtor já se cadastrou no sistema do estado deverá fazer novamente o CAR?

Não. Esses Estados irão migrar as informações para o Sistema Nacional – SiCAR.

7) O que precisa ser declarado no CAR?

O CAR é composto de dados pessoais do proprietário ou possuidor



rural, podendo ser pessoa física ou jurídica, além de dados cadastrais e da localização georreferenciada das APP's, áreas de Reserva Legal (RL) e áreas de uso restrito – AUR de todos imóveis rurais do país.

8) Se declarar o CAR serei autuado?

Caso o proprietário ou possuidor rural tenha algum passivo ambiental relacionado à APP, RL ou uso indevido de AUR, o preenchimento do CAR abre a possibilidade de regularização ambiental. A não inscrição no CAR poderá trazer prejuízos e insegurança jurídica.

9) O que o CAR tem a ver com as minhas questões fundiárias?

O CAR não é documento de comprovação fundiária, é um documento declaratório sobre a situação ambiental de uma área cuja responsabilidade de manutenção é daquele que declarou. Portanto, não gera direitos sobre a forma de uso do solo.

10) E se tiver sobreposição com os confrontantes?

O sistema gera um alerta para que o declarante possa corrigir ou alterar as informações declaradas.

11) Depois do cadastro o que acontece?

Após a validação das informações inseridas no sistema, é gerado um demonstrativo da situação ambiental do imóvel. Essa situação poderá ser considerada regular em relação às áreas de interesse ambiental ou, caso possuam algum passivo, serão consideradas pendentes de regularização.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente

Produção do setor sucroenergético:



Os resultados econômicos da safra 2012/2013 não foram bons para os produtores de cana-de-açúcar e para as indústrias do setor sucroenergético. Os preços recebidos pela tonelada de cana e pelo etanol não cobriram os custos totais de produção.

Essa é a conclusão dos dados divulgados pelo Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (Pecege), vinculado à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, que pela 6ª safra consecutiva realizou o levantamento de custos de produção do setor sucroenergético em parceria com a CNA e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo- FAPESP.

Os custos de produção da cana são levantados em painéis realizados com fornecedores nas regiões produtoras. No Paraná os painéis foram realizados nos Sindicatos Rurais de Porecatu e Jacarezinho. Os custos industriais são levantados através de questionário aplicado às indústrias participantes.

O quadro ao lado traz considerações importantes a respeito de termos utilizados:

- **Centro Sul Tradicional** (corresponde às zonas canavieiras dos Estados do Paraná e São Paulo), com produtividade média de 77 toneladas de cana/ha;
- **Centro Sul Expansão** (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais), com produtividade média de 81 toneladas de cana/ha;
- **Nordeste** (Paraíba, Alagoas e Pernambuco), com produtividade média de 50 toneladas de cana/ha;
- **Custo Operacional Total (COT)** = desembolso (gastos + depreciação);
- **Custo Total (CT)** = COT + remuneração da terra (RT) + remuneração do capital (RC);
- **Indústrias participantes** = 98 responsáveis pelo processamento de 1/3 da produção nacional de cana;
- **Safra 2012/2013** = início em abril de 2012 e término em março de 2013;
- **Fornecedor** = agricultor que produz a cana e vende para as indústrias de açúcar e etanol;
- **Cana própria** = produzida pela indústria;
- **ATR** = Açúcar Total Recuperável, que é a quantidade de açúcar disponível na cana.

DESEMPENHO DA SAFRA DE CANA-DE-AÇÚCAR DOS FORNECEDORES NA SAFRA 2012/2013:

Na Região Centro-Sul Tradicional verificou-se aumento da produtividade em torno de 4% em relação a safra 2011/2012, queda da quantidade de ATR em torno de 2,5%, índice de colheita mecanizada em 67%, (9% a mais que na safra passada), aumento no valor de arrendamento, indicando maior competição por terras.

Na Região Centro-Sul Expansão verificou-se maior escala de produção, aumento da produtividade em 3,85% e queda de 3,47% na quantidade de ATR, colheita realizada totalmente por máquinas, plantio mecanizado atingindo 70%.

Na Região Nordeste houve queda de produtividade de 14% em relação a safra 2011/2012 em função de estiagem, os índices de ATR aumentaram em 3%; não se verifica plantio nem colheita mecanizados.

CUSTOS DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR E MARGENS DOS FORNECEDORES

Analisando os gráficos 1 e 2 abaixo percebe-se que na média das Regiões Centro Sul Tradicional e Expansão, os fornecedores obtiveram margem positiva quando se considera apenas o custo operacional total. No Nordeste a margem foi negativa.

Ao considerar o custo total, as margens foram negativas para todas as regiões.

GRÁFICO 1

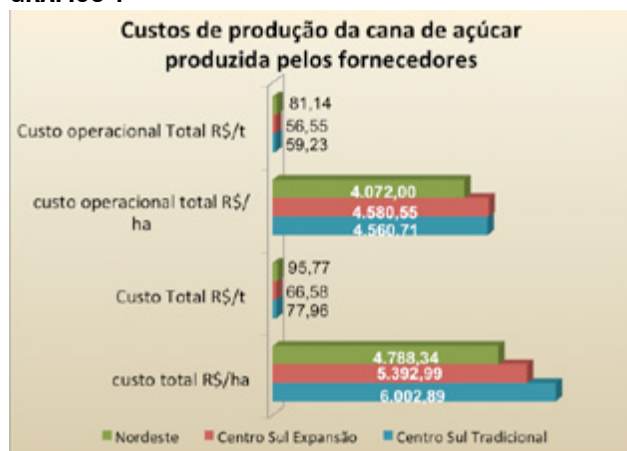
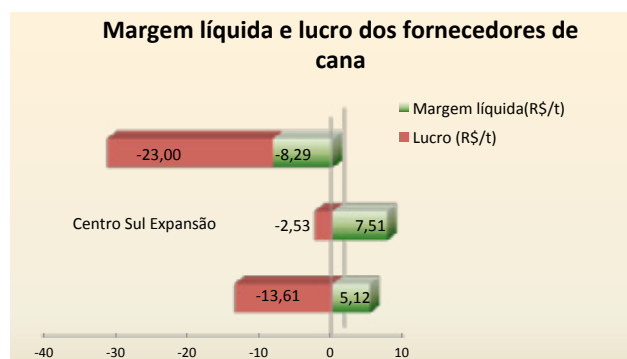
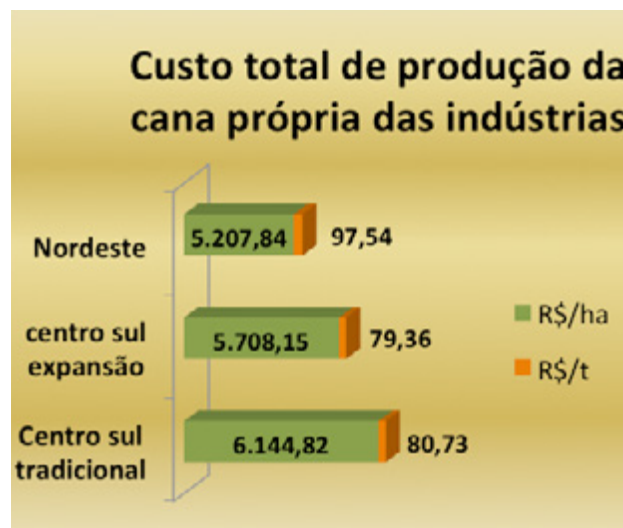


GRÁFICO 2



2- CUSTOS INDUSTRIAIS

2.1 – CUSTOS DE PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DA CANA PRÓPRIA DAS USINAS



O custo total de produção de cana-de-açúcar própria das usinas aumentou em relação à safra anterior em todas as regiões pesquisadas, mostrando-se superior ao custo dos fornecedores em função do aumento verificado nos itens formação do canavial e insumos, com o objetivo de recuperar a produtividade da cana.

O custo total de processamento de uma tonelada de cana foi R\$109,66 na região Centro Sul Tradicional, R\$ 110,74 na Centro Sul Expansão e R\$ 128,43 na Nordeste.

2.2 - CUSTO DE PRODUÇÃO, PREÇO E MARGENS DO AÇÚCAR EM R\$/TONELADA



2.3 - CUSTO DE PRODUÇÃO, PREÇO E MARGENS DO ETANOL EM R\$/m³



Comparando com a safra 2011/2012, o levantamento dos custos mostra redução da competitividade de todos os produtos do setor sucroenergético em todas as regiões analisadas.

O pior é que o cenário não mudou nesta safra 2013/2014, não obstante a importância que o etanol assumiu este ano no mercado doméstico de combustíveis, quando ocorreu aumento nas vendas tanto de etanol hidratado (nas bombas), quanto de anidro (em função da volta da mistura de 25% na gasolina).

O aumento da utilização de etanol permitiu que o Brasil diminuísse a importação de gasolina que é comercializada internamente com prejuízo e isso contribuiu favoravelmente para a balança comercial. Porém não teve o mesmo efeito positivo sobre a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, que continua acumulando perdas econômicas.

O fato da Petrobras subsidiar o preço doméstico da gasolina, aplicando reajustes artificialmente baixos, obriga que o preço do etanol seja mantido também artificialmente abaixo do custo de produção, tirando a capacidade de investimento do setor.

Recentemente foi divulgada uma pesquisa inglesa revelando que, desde janeiro de 2011 até outubro de 2013, houve aumento de 21% no preço da gasolina nos EUA, 17% no Japão, 40% na Índia, 26% na Rússia, enquanto que no Brasil o aumento foi de 9,2%.

No mesmo período o Centro de Pesquisas Econômicas (CEPEA) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP) aponta aumento de 4,7% no preço do etanol hidratado para as usinas no estado de São Paulo e 6% de aumento para o etanol anidro.

FAEP pede novo prazo para PSI-BNDES



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) comunicou, em 04 de novembro, alterações nos prazos para os agentes financeiros processarem as operações do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI).

Com as novas regras, a partir da data do comunicado, as operações de financiamento a caminhões, máquinas e equipamentos rurais só podem ser realizadas na modalidade operacional simplificada e têm prazo final até 13 de dezembro para contratação nos agentes financeiros, mesmo prazo para que estes entreguem o Pedido de Liberação (PL) dos recursos ao BNDES.

Para cumprir essas condições é necessário que os produtores apresentem a Nota Fiscal dos bens e realizem o contrato nos agentes financeiros até a referida data. Isso significa que os bens financiados devem ser entregues pela indústria até 13/12/2013, prazo considerado exíguo em muitos casos.

Devido aos pedidos de final de ano, a entrega dos bens poderá ocorrer entre janeiro e março de 2014, o que por si só inviabiliza a contratação do financiamento esse ano com as condições divulgadas pela presidente da República no lançamento do Plano Agrícola e Pecuário (PAP).

Apesar de essas mudanças terem como objetivo priorizar a concessão de financiamento às operações simplificadas criou-

se essa dificuldade para os produtores acessarem o Programa. Tanto que os bancos estão rejeitando projetos em que o bem financiado não seja entregue até 13/12/2013.

Vale ressaltar que no caso dos caminhões para produtores rurais, a inclusão desse item no PSI Rural é recente e os bancos começaram a operacionalizar os financiamentos apenas em setembro, devido ao atraso nas normativas de equalização de juros do Tesouro Nacional ao BNDES.

Isso significa que nem bem o programa começou a operar para caminhões com taxa de 4% ao ano e já será interrompido, perfazendo somente três meses e meio de operação, sendo que a safra 2013/14, objeto do PAP, se estende

até junho de 2014. Portanto, isso configura mudança das políticas e benefícios anunciados no PAP com a safra 2013/14 ainda em andamento.

Essa exposição foi encaminhada a várias autoridades federais (*) pelo presidente da FAEP, Ágide Meneguette, para que apoiem a edição de uma nova normativa pelo BNDES, prorrogando o prazo final de 13 de dezembro para 31 de março de 2014. Essa nova normativa serviria para a contratação e Pedido de Liberação (PL) de recursos de caminhões, equipamentos e máquinas rurais no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). No mesmo sentido, o presidente da FAEP solicitou que o BNDES-PSI Rural tenha suas condições de juros e prazo de reembolso mantidas na continuidade da safra 2013/14 e se torne efetivamente um programa perene.

Ofício encaminhado à Presidente da República; Bancada de deputados e senadores do Paraná; Ministros de Estado: Chefe da Casa Civil; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior das Relações Exteriores; da Fazenda; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Planejamento, Orçamento e Gestão; e do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Executiva – Se/Mapa- Secretário-Executivo – José Gerardo Fontelles; Secretaria de Política Agrícola – Spa/Mapa - Secretário – Ndero Geller e Osmar Dias, vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil.

Endesa homenageia presidente da FAEP

O presidente do Sistema Faep, Ágide Meneguette será homenageado pelo Encontro Nacional de Defesa Sanitária Animal (Endesa), pela sua luta na questão sanitária do Paraná. O evento previsto para ocorrer entre os dias 1 e 3 de dezembro em Foz do Iguaçu, no Paraná antecede a conferência internacional promovida pela Organização Mundial de Saúde Animal. “Defesa Animal, uma visão sem fronteiras” é o tema do evento que deverá reunir cerca de 500 especialistas e vai anteceder a 3ª Conferência Mundial sobre o Ensino da Medicina Veterinária, promovido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), que será realizada no mesmo local, em dezembro.

Durante o Endesa, os temas serão divididos em painéis técnicos, tais como “segurança nas fronteiras”, “zonas livres de Febre Aftosa”, “Sistema de Informação Zoonosológica (SIZ)”, entre outros assuntos fundamentais para a sanidade animal no Brasil e no mundo.



Festa da Erva-mate em Cruz Machado

Entre 29 de novembro e 1º de dezembro acontece a Terceira Festa da Erva-Mate e o I Seminário de Erva-Mate, em Cruz Machado e região, no Sul do Estado. O cardápio é grande e além dos comes e bebes, haverá as tradicionais rodas de chimarrão, apresentação de talentos locais e o concurso da “Maior Folha de Erva Mate e do maior produtor do ano”. Para os produtores está programada uma série de palestras com os temas: mudas, manejo do erval, doença da erva-mate, sabores e boas práticas no processamento da erva-mate

Operação vapt-vupt

Não parecia o Brasil. Os incrédulos executivos da BASF foram surpreendidos com uma decisão inédita nos processos de liberação de registros de defensivos agrícolas. Numa operação vapt-vupt o secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, autorizou e liberou o uso do produto ORKESTRA SC (composto por Pirclostrobina 333 g/L FLUXAPIROXADE 167 g/L) ao combate de ferrugem na soja. Ao mesmo tempo que estava sendo avaliado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o processo deu entrada no dia 30 de setembro na Seab, depois de 15 dias, no dia 18 de outubro, o uso do defensivo agrícola já estava liberado no Paraná. Geralmente a liberação para o uso de um produto demora cinco meses, isso se não tiver nenhuma notificação.



Emplacamento de tratores: Senado dirá não

“ A voracidade da máquina arrecadatória do governo deve poupar os instrumentos de trabalho do produtor”.



Brasileiras (OCB); Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Ministérios da Justiça, das Cidades e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf).

Bancada paranaense

O deputado federal Eduardo Sciarra reiterou seu apoio à solicitação encaminhada pelo presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, através do ofício 1.250/13. O presidente pede apoio ao Projeto de Lei 1.356/2013, de autoria do deputado paranaense Marcelo Almeida que tramita na Câmara Federal e visa sustar a aplicação da

Resolução nº 429 de 25 de junho de 2013 do Conselho nacional de Trânsito (Contran).

A resolução do Contran exige que tratores, maquinários agrícolas e de pavimentação tenham registro e licenciamento como carros e caminhões.

Em seu ofício, Sciarra afirma que é a favor da sustação da resolução, pois ela onera indevidamente o produtor rural. “Considero que o registro pode ser uma medida de extrema importância para a segurança dos proprietários. A inexistência de registro estimula roubos ou furtos nas propriedades rurais, pois mesmo que as máquinas sejam recuperadas é muito difícil comprovar a sua propriedade”, comenta.

Para finalizar, o deputado paranaense defende que não seja cobrado nenhum valor de registro, licenciamento ou outros documentos como se o trator fosse um automóvel. “A voracidade da máquina arrecadatória do governo deve poupar pelo menos os instrumentos de trabalho do produtor rural, que sustenta a balança de pagamentos do País há várias décadas e coloca alimento barato nas mesas dos brasileiros”.

Na última quinta-feira (07/11), foi realizada uma audiência pública no Senado Federal para discutir o projeto que trata da isenção de registro e licenciamento anual de tratores e máquinas agrícolas. Na ocasião os senadores participantes, entre eles o paranaense Sérgio Souza e o mato-grossense Blairo Maggi, se posicionaram contra a necessidade do emplacamento.

Segundo o deputado gaúcho Alceu Moreira, autor do Projeto de Lei 57/2013, que acaba com a necessidade do emplacamento, “Emplacar veículos agrícolas é mais uma discriminação com quem produz alimento, mas uma medida de burocratas urbanos num país rural”. Durante a audiência foi sugerido que a regulamentação do tráfego destes veículos pelas rodovias fique a cargo dos órgãos estaduais, como Detran e Polícia Rodoviária Estadual.

A reunião foi convocada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. A expectativa é que o projeto seja votado em plenário até o final do ano.

Também participaram representantes: da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP); Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag); Organização das Cooperativas

ASSIS CHATEAUBRIAND



Negócio Certo Rural

O Sindicato Rural de Assis Chateaubriand ofereceu no dia 30 de setembro o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agressilvopastoris - Negócio Certo Rural. O curso aconteceu no sindicato com a presença de 16 participantes. A instrutora do grupo foi Maria José Andreacci.

LONDRINA



Tratorista

O Sindicato Rural de Londrina ofereceu no período de 18 a 19 de outubro o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas - tratorista polivalente • básico. O curso teve a participação de 15 funcionários dos parceiros: das Prefeituras de Londrina, 1º de Maio, São José da Boa Vista e Santa Cecília do Pavão) e das empresas Jardim Botânico de Londrina, Spray Drop Londrina e Terraplenagem Laranjeiras. O instrutor do grupo foi Adelar Cagnini e as aulas aconteceram nas dependências do Parque de Exposições Ney Braga.

ASTORGA



Plantadeira

O Sindicato Rural de Astorga realizou nas cidades de: Astorga, Ângulo, Iguaraçu, Santa-Fé e Pitangueiras o curso de Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola) - operação e manutenção de plantadeira/ semeadeira. O objetivo do sindicato foi preparar os produtores e trabalhadores rurais na área de implementos agrícolas no início do plantio da safra 2013/2014. Foram parceiros na ação: o Colégio Agrícola Geração, a Emater dos municípios de Ângulo, Iguaraçu e Santa-Fé, e a Cocamar. O instrutor das turmas foi Antônio Carlos Lordani.

MARIALVA



Motosserra

O Sindicato Rural de Marialva realizou no período de 30 de setembro a 04 de outubro o curso de Trabalhador na Operação e na Manutenção de Motosserra - corte polivalente de árvores. Participaram do curso seis produtores e trabalhadores rurais. As aulas aconteceram na Destilaria Renuka Vale Ivaí, no Distrito de São Miguel do Cambuí. O instrutor do grupo foi Jair Telles de Proença.

MANDAGUAÇU



Formigas

O Sindicato Rural de Mandaguaçu, em parceria com a EMATER e a Prefeitura de Presidente Castelo Branco, promoveu o curso de Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos – Formigas Cortadeiras, no dia 11 de outubro. As aulas aconteceram no Centro Cultural Nilza Gasparotto com a participação de 14 produtores e trabalhadores rurais. O instrutor do grupo foi Hog de Almeida Lattanzio. Compareceram na abertura do curso o supervisor do SENAR/PR, Salvador José Morales Stefano, o engenheiro agrônomo da EMATER local, Ailton Donizete Silvério, o engenheiro agrônomo da SEAB/ADAPAR, Jurandir Castaldo, e o coordenador regional da EMATER, o engenheiro agrônomo José Antônio Rosa.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



Panificação

Nos dias 26 e 27 de setembro, o Sindicato Rural de São José dos Pinhais, em parceria com a Emater, promoveu o Curso Produção Artesanal de Alimentos - Panificação. O curso contou com 11 participantes e foi conduzido pela instrutora Maria Regina dos Santos.

UBIRATÃ



Derivados de leite

De 14 a 15 de outubro, o Sindicato Rural de Ubitatã realizou o curso de Produção Artesanal de Alimentos - derivados de leite. O curso foi realizado em parceria com SOS e Laticínio Petrica. Participaram do curso 12 produtoras rurais que tiveram como instrutora Cleidimar Rocha de Oliveira. Após o curso as alunas tiveram a oportunidade de degustar os doces, iogurtes, queijos e outros derivados.

REALEZA



Olericultura básica

Nos dias 8 e 14 de outubro foi realizado o curso de Trabalhador na Olericultura básica - informações gerais, através da parceria do Sindicato Rural de Realeza e o Grupo Atitude. O curso teve a participação de 15 produtoras rurais e foi realizado na propriedade da produtora Salete Barbacovi, na Linha São José. O instrutor do grupo foi Cláudio Holsten.

ÂNGULO



Mulher Atual

O terceiro curso Mulher Atual foi realizado no município de Ângulo, extensão de base do Sindicato Rural de Astorga. O curso foi realizado em parceria entre o Sindicato, o SENAR-PR e a Prefeitura. O curso reuniu 23 participantes e teve como instrutora Cássia Helena Borghi de Barros.

PIRAÍ DO SUL



Ovinocultura

O Sindicato Rural de Pirai do Sul, em parceria com SENAR-PR, realizou nos dias 23 e 24 de outubro o curso de Trabalhador na Ovinocultura - manejo de ovinos de corte. O instrutor do grupo de 12 produtores e produtoras rurais foi Clodoaldo da Silva.

CIANORTE



Empreendedor Rural

De 25 de junho a 22 de outubro, o Sindicato Rural de Cianorte realizou o Programa Empreendedor Rural. O curso teve a participação de 20 produtores rurais com o instrutor Ricardo Botelho Camargo. O curso foi concluído com 10 projetos e o instrutor classificou 3 que foram enviados para classificação em Curitiba.

PALOTINA



Qualidade de Vida

O Sindicato Rural de Palotina, em parceria com a Prefeitura de Palotina, realizou nos dias 14 e 21 de outubro o curso Qualidade de Vida - idosos. O curso contou com a participação de 22 idosos da comunidade de São Camilo e 21 participantes da Vila Floresta. O curso tem enfoque educativo e preventivo, objetivando mudanças de comportamento individual e coletivo. A instrutora do grupo foi Elenice Parizotto Stremel.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



Aplicação de agrotóxicos

Nos dias 07,08 e 09 de outubro, o Sindicato Rural de São José dos Pinhais, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, ofereceu o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos - integrado de agrotóxicos - costal manual e tratorizado de barras - NR 31. O curso contou com a participação de oito produtores rurais e foi ministrado pelo instrutor Fernando Bastos.

SERTANÓPOLIS



Artesanato

O Sindicato Rural de Sertanópolis realizou nos dias 09,16 e 23 de setembro o curso de Artesanato em Palha de Milho – flores. Participaram do curso 10 produtoras rurais. A instrutora do grupo foi Antônia Silvane Damaceno Effigen.

TIBAGI



Agrotóxicos

O Sindicato Rural de Tibagi realizou o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos - costal - manual - NR 31. As aulas aconteceram na Fazenda Shalom, dos produtores Geraldo Speutz e Marcos Speutz, nos dias 28, 29 e 30 de outubro. A turma composta por 12 participantes sendo produtores (as) e trabalhadores (as) rurais, teve como instrutor Antônio Kreniski Júnior.

RIBEIRÃO DO PINHAL



Olericultura

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal proporcionou a 11 produtores rurais a oportunidade de trabalhar de forma viável e rentável com estufas através do curso Trabalhador na Olericultura Básica - Plasticultura. O curso foi ministrado pelo instrutor Jair Telles de Proença nos dias 23, 24 e 25 de outubro.



Há 40 anos

A primeira chamada feita de um celular aconteceu no dia 3 de abril de 1973, portanto há 40 anos. O Brasil tem cerca de 270 milhões de celulares. Haja conversa.

As maiores

A Cordilheira dos Andes, na América do Sul, com 8 mil quilômetros é a maior do planeta e a maior ilha é a Groenlândia, com 2.175.600 km².



Boa Noite

O primeiro telejornal da TV chamava-se “Imagens do Dia” e passava na TV Tupi. Estreou em 19 de setembro de 1950. O “Jornal Nacional”, da Globo, foi o primeiro telejornal brasileiro a ser transmitido em rede nacional. Ele foi ao ar pela primeira vez em 1º de setembro de 1969.



De frente e ao contrário

O céu sueco | O galo ama o lago

O lobo ama o bolo | Sairam o tio e oito Marias

São palíndromos, frases que podem ser lidas da mesma maneira nos dois sentidos – da esquerda para a direita e ao contrário.

Segurança

Semáforo vem do grego sema (sinal) e phoros (que leva). Foi nas esquinas movimentadas de Londres, em 1868, que se instituíram lanternas verdes e vermelhas para organizar o fluxo de carruagens e pedestres. Em 1917, a luz amarela foi acrescentada aos sinais de trânsito de Detroit e se espalhou pelo mundo junto com o automóvel.



Jogo duro

No Irã a polícia proibiu as vitrines com gravatas e roupas íntimas femininas. As roupas íntimas de mulher só podem ser expostas em manequins no interior da loja, mas com a condição de não haver vendedores homens no estabelecimento. O governo também proibiu os homens de usarem cabelos compridos. Foi lançada até uma cartilha com os cortes de cabelo permitidos para os homens.



Vício

Disposto a livrar o filho de 14 anos do que chamou de Dependência em Tecnologias, o pai japonês convocou-o para um “tratamento energético”. O piá de olhos puxados, respondeu:

- Que ótimo, pai, qual é o site na internet do médico?

Com cê-cedilha

A expressão “à beça” (algo em grande quantidade) é atribuída à quantidade de argumentos utilizados pelo jurista sergipano Gumerindo Bessa, ao enfrentar Rui Barbosa na questão da independência do Território do Acre. **O presidente Rodrigues Alves** foi o primeiro a utilizá-la, admirado da eloquência de um cidadão: “O senhor tem argumentos à Bessa”. Com o tempo, a palavra perdeu a inicial maiúscula e as letras “s” foram substituídas pelo “ç”.



Homens-bomba

Os camisas japoneses realizavam ataques suicidas contra navios americanos e britânicos no oceano Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O que movia esses homens para a morte certa era um fervor genuinamente religioso, baseado em valores tradicionais do Japão. O avião utilizado por eles pesava só 480 quilos - fora uma bomba de mais de 1 tonelada que ele carregava.



Haja pinga

A Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe), calcula que a produção nacional anual de cachaça é estimada em 1 bilhão e 500 milhões de litros. **40.000** produtores no Brasil | **98%** de pequenos e micro-empresários | **600 mil** empregos diretos e indiretos | **11,5 litros** de consumo de cachaça por ano por habitante | **7 bilhões** de reais de movimento anual em sua cadeia produtiva | **4.000** marcas de cachaça disputam mercado no Brasil



Dermatoglifia

É o estudo científico das impressões digitais e vem sendo bastante utilizada na área do esporte, pois através dessa é possível analisar as qualidades físicas de um atleta através das digitais. Dessa forma, é possível direcionar o atleta para a área ou posição em que ele tem maior aptidão, entre outros.

Por que “Beijinho”?

A origem do doce pode ser “divina”. A primeira receita deste docinho nasceu num convento, por isso o doce chamava-se Beijo de freira e era confeccionado com amêndoas e calda de água com açúcar. Na segunda metade do século XX, com o “boom” do leite condensado mudou-se a receita novamente, acrescentando-se ainda um cravo na Índia no meio do então chamado “beijinho de coco”.



BONS TEMPOS, BONS TEMPOS! BONS TEMPOS?

Foi-se o tempo em que postos de combustíveis só vendiam derivados de petróleo e não tinham lojas de conveniência, verdadeiros mini-shoppings; **alguém lembra do velho armazém que vendia feijão, arroz e milho dentro de saco de estopa?**; quem afia a faca ou a tesoura hoje em dia ou conserta ferro de passar, liquidificador?; o ter-ninho dominical dispensou faz tempo o alfaiate. Cadê os leiteiros que entregavam leite engarrafado todas as manhãs? A sanidade do produto e a industrialização cuidou deles.

Antes que morresse de fome pela concorrência das fotos digitais de celulares e máquinas, o fotógrafo lambe-lambe tratou de se virar em outra atividade.

Já pensou em falar ao seu neto que você era um “exímio datilógrafo”? Tentou explicar o que era uma máquina de datilografia? O que era o guarda-livros (não, não era a avó dele colocando livros na prateleira), um mimeógrafo, um projetor de slides, fale que você ouvia discos em uma radiola. Ou experimente então explicar que você co

nhece um telegrafista aposentado que transmitia e recebia mensagens no Correio por meio do Código Morse.

Mas não tinha email, vovô?, ele questionará.

Sem comentários.

Mesmo assim alguns profissionais resistem bravamente.

Os relojoeiros, por exemplo, consertam antiguidades ou trocam pilhas e baterias. O barbeiro se modernizou, virou cabelereiro unissex (homens, mulheres e demais). Várias profissões que existiam, soam absolutamente estranhas às novas gerações. Mande-as (as novas gerações) procurar no Google.

Para o bem e para o mal os avanços da sociedade estão aí. Mas formou-se uma sociedade de consumo que não troca ou conserta, simplesmente compra outro produto similar. Sociedade do descartável.

Tudo bem, mas ferro de passar movido à brasa é só enfeite, objeto de decoração, certo?



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br